

ACTA N.º 6

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 1998

Aos vinte seis dias do mês de Junho de mil novecentos noventa e oito, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba.

Aberta a sessão, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a falta da D. Conceição Cavaco Bismarck de Melo, que justificou a sua falta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

duas sessões que venho alertando o estrangulamento que está a ser Interveio o **Sr. Artur Pombeiro** que disse "Há efectuado protocolo de descentralização não tem nada a ver com o objectivo à Junta de Freguesia de São Bartolomeu. O nPlano de Actividades da Câmara que foi aprovado para mil úmero três do anexo décimo segundo do Orçamento e novecentos e noventa e oito Freguesia é impossível viver, pois sabendo-se que é uma . Perante esta situação, a Junta de freguesia de fracos recursos econfinanceiros porque a sua despesa é superior à verba que ómicos e não tem meios recebe."

Pedi em seguida autorização para que fosse distribuído pelos membros da Assembleia um documento esclarecedor de tal situação, o que foi autorizado.

Dada a palavra à **D. Maria Laura**, esta apresentou, em nome da CDU, a Moção sobre "Liberdade de decidir", que se anexa ao final desta acta como documento número um.

Posta à discussão a referida Moção, foi dada a palavra ao **Sr. Norberto Alpalhão** que disse parecer-lhe haver mais uma vez aproveitamento político, pois não é a quarenta e oito horas (de antecedência) do referendo que se vai fazer publicidade. Acrescentou ainda que quem teve a coragem de levar este assunto a nível Nacional foi o PS.

O **Sr. Moura Lopes** disse que realmente o referendo estava a cerca de quarenta e oito horas. No entanto, como a Assembleia Municipal estava marcada para o dia vinte e seis, era nesse dia que havia oportunidade de cada um se pronunciar sobre tal assunto. Pensa ser um assunto importante e que atravessa a Sociedade Portuguesa de uma forma transversal, pois há pessoas dentro do mesmo partido com opiniões diferentes. Pensa que a Moção apresentada não fere a susceptibilidade e é muito genérica, tendo condições para ser aprovada até por unanimidade porque não induz ninguém a votar a favor ou contra a Lei do aborto.

O **Sr. Joaquim Rézio** apresentou a seguinte declaração: "A vida não é um meio de troca por coisíssima nenhuma. Médicos, cientistas e a generalidade de todos os seres humanos lutam para salvar vidas. Pensamos que ninguém tem o direito de tirar a vida aos outros e muito especialmente (e nomeadamente) àqueles que não têm possibilidade de se defender. Há que prevenir situações e o Governo deve investir, seja ele qual for, para que situações críticas se possam evitar. A Lei que hoje existe já prevê casos críticos e isso é quanto basta".

Foi dada a palavra ao **Sr. Cardoso**, que disse que a Moção que a CDU tinha apresentado estava de acordo com a mensagem de apelo apresentada pelo Sr. Primeiro Ministro ao País, apelando à participação, pois não se está a discutir o que cada um pensa sobre esta questão, visto tratar-se de uma questão complexa. Acrescentou ter ficado com a ideia que quando o assunto sobre o aborto apareceu na Assembleia Municipal de Rio de Moinhos, a Mesa da A.M. se preparava para promover um debate sobre este assunto, o que lamentou não ter acontecido. Disse ainda que a CDU ao apresentar a Moção não quer de forma nenhuma discutir a questão do sim ou do não, quer apenas propor aos cidadãos de Borba que participem e

civicamente exprimam o que sentem.

O **Sr. Presidente da Assembleia** em relação ao debate sobre esta questão, disse que a Mesa ponderou sobre o assunto e achou que foram feitos muitos debates a nível Nacional onde as pessoas tiveram oportunidade de se esclarecer e considerando que nesta Câmara Municipal dinheiro é coisa que não abunda, acharam por bem não promover esse debate.

Dada a palavra ao **Sr. Carlos Cabral**, este disse que concordava com o apelo à participação no referendo, embora tivesse objecções de fundo à democracia referendária, o que justificou dizendo, "Sou adepto de uma democracia representativa, no entanto, se a Assembleia Municipal acabar depois de meia noite, o ponto dois da Moção não deve constar, pois penso que há uma proibição legal de fazer publicidade nas quarenta e oito horas antes do acto eleitoral."

O **Sr. Moura Lopes** disse que a sua bancada estava de acordo com a intervenção do Sr. Carlos Cabral e, como tal, de acordo também que fosse retirado o ponto dois de Moção.

O **Sr. Joaquim Manguinhas** disse ter ficado com a esperança, depois da Assembleia Municipal de Rio de Moinhos, que em Borba se fizesse um debate sério e sereno sobre esta matéria do aborto, infelizmente isso não aconteceu e acrescentou: "eu como cidadão consciente e profissional da área, penso que o aborto não é uma questão estritamente médica, é social, é ética, é doontológica, é jurídica, é de consciência e deviam ser encaradas, mesmo ao nível Nacional, todas as necessidades de discutir o mesmo problema. Pareceu-lhe ainda que apenas se discute a face visível e que se esquece que há do outro lado, a face invisível, que é fácil de imaginar como é, bastando querer, é possível encarar com abrangência o problema.

O **Sr. Carlos Cabral** disse não ser a questão científica do começo da vida que está em causa, mas sim a questão social e política. No entanto, o que está em causa no referendo é uma questão de direito penal e de criminalização. Os defensores do não, disse, estão a defender a criminalização das mulheres que abortam e não é por haver lei, ou não, que vão deixar de haver as "fábricas de anjos".

Foi dada a palavra ao **Sr. Rézio**, que disse estar de acordo com a intervenção do Sr. Joaquim Manguinhas. Quanto à intervenção do Sr. Carlos Cabral, disse ter pontos de vista diferentes. Acrescentou que não gostaria de ver mulheres presas por fazerem abortos, no entanto, não é esta a Lei que tem atrás dela uma outra que já prevê casos críticos e que vem resolver algumas coisas.

O **Sr. Cardoso** disse que quando falou em debate não estava a falar de sessões remuneradas, pois para os membros da CDU, mesmo as sessões remuneradas, são entregues a uma Associação. Quanto ao aborto, disse que merecia um debate. Concluiu que a partir do resultado do referendo, seja ele qual for, devia haver ainda mais empenho, profundidade, serenidade, humanismo na discussão desta problemática, porque é uma problemática grave que tem que ver com o homem.

Interveio o **Sr. Joaquim Manguinhas** que disse estar numa posição diferente devido à sua profissão, pois dentro do enquadramento legal faz interrupções de gravidez. Tem, ao contrário de muitas pessoas, mais dúvidas do que certezas, dada a evolução tecnológica. Terminou dizendo que os ovos das espécies em vias de extinção são protegidos legalmente, os embriões excedentários estão congelados nas unidades hospitalares e têm protecção legal. Paradoxalmente, os embriões intrauterinamente não têm protecção e propõe-se agora com a lei que vai ser referendada, que os ovos dentro do utero materno não tenham protecção ficando ao livre critério da mulher.

O **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação, com a exclusão do ponto dois, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, um voto contra e uma abstenção.

Dada a palavra ao **Sr. Ramalho**, este apresentou a Moção sobre a Segurança Social que se anexa ao final desta acta como documento número dois, solicitando em seguida que fosse distribuída cópia da mesma a todos os membros da Assembleia, bem como ao público ali presente.

Intreveio o **Sr. Carlos Cabral**, dizendo que dada a extensão da Moção, se abstinha totalmente de fazer comentários.

O **Sr Rézio**, em relação à Moção, disse que contra si e contra a sua função tem que dizer que se não forem tomadas medidas atempadamente, daqui a vinte anos os reformados não têm a sua reforma. Há, disse, conforme a maneira de ver de cada partido, formas de se chegar ao mesmo objectivo, por isso devem ser debatidas, o que aliás está a ser feito. Pensa que não se deve só exigir sem saber donde vem a falta que vai garantir essa exigência.

O **Sr. Moura Lopes** disse que este é um assunto importante para toda a Sociedade Portuguesa. É um problema que merece discussão e foi nesse sentido, disse, que propôs que tão urgente quanto possível, na próxima Assembleia, se colocasse este ponto na ordem de trabalhos, juntamente com outros documentos que aparecessem, para que este assunto fosse debatido de uma forma mais aprofundada, e numa altura em que a opinião da A.M. possa ter influência, enviando às entidades oficiais esta posição.

Dada a palavra ao **Sr. Cardoso**, este voltou a frizar o interesse de que este assunto fosse agendado para a próxima Assembleia para ser discutido juntamente com outros documentos que possam aparecer. Disse ainda que em Bruxelas tinham reunido as Organizações não Governamentais dos quinze países da Comunidade Europeia e censuraram, por unanimidade, os Estados das Comunidades Europeias face ao retrocesso nas políticas sociais.

O **Sr. Artur Pombeiro** disse "esta Assembleia, por parte da bancada CDU está a preocupar-se grandemente com as questões nacionais e deixa para trás, gastando tempo que fazia falta, questões locais, questões da nossa terra, pois foi para isso que nós fomos eleitos".

O membro **Sr. Ramalho** disse, que ao contrário do que o Sr. Artur pensa, este é um tema que diz respeito a todos os Borbenses e que, se calhar, este tema até merece uma Assembleia extraordinária, pois é um tema importantíssimo e que não se pode tratar a brincar, devendo os membros da Assembleia tomar uma posição sobre isso.

O **Sr. Norberto Alpalhão** disse já saber que a CDU andava a reboque do PSD, agora do PP desconhecia.

O **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação tendo sido rejeitada com nove votos a favor e nove votos contra. Depois de utilizado o voto de qualidade pelo Sr. Presidente da Assembleia, este acrescentou que o seu voto não queria dizer que estivesse contra o problema, pois é um problema extremamente importante, mas sim que não havia tempo suficiente para discutir um documento desta natureza, aceitando a proposta do Sr. Moura Lopes no sentido de ser incluído na próxima Assembleia.

O **Sr Norberto Alpalhão** apresentou, em nome da bancada do PS uma Moção sobre a BRISA, S.A., que fica anexa ao final desta acta como documento número três.

Não havendo ninguém inscrito para discussão desta moção, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O **Sr. Andrade** procedeu à leitura do voto de pesar à família do Dr. Armando Pessoa Verão, que fica anexo ao final desta acta como documento número quatro.

O **Sr. Presidente da Assembleia** lamentou que o mérito das pessoas muitas vezes só seja reconhecido depois de mortas.

Em seguida, pôs o voto de pesar apresentado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O membro **Sr. Avó** apresentou um voto de pesar às famílias da Eng^a Virgínia Moura, Prof. Francisco Lucas Pires, Prof. César de Oliveira e Dr^a Maria de Lurdes Belchior.

Não havendo inscrições para este documento, o **Sr. Presidente da Assembleia** pô-lo de imediato à

votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Decorrida que estava uma hora no período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia propôs que este se prolongasse por mais quinze minutos, proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

O **Sr. Artur Pombeiro** apresentou, em nome do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, a Moção que se anexa ao final desta acta como documento número seis.

Por não haver inscrições para a discussão desta Moção, o Sr. Presidente da Assembleia pô-la de imediato à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O **Sr. Rézio** apresentou em seguida a Moção que se anexa ao final desta acta como documento número sete.

Posta de imediato à votação, foi aprovada por unanimidade.

Interveio o **Sr. Artur Pombeiro** que apresentou as recomendações anexas ao final desta acta como documento número oito, antes, porém, fez uma intervenção sobre protocolo, transferências para as Juntas de Freguesia, lembrando especialmente os fracos recursos económicos da junta de Freguesia de S. Bartolomeu.

O **Sr. Ramalho** disse que o assunto apresentado pelo Sr. Artur Pombeiro teria mais cabimento nas actividades da Câmara.

O **Sr. Moura Lopes** disse não pôr em causa que a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, dentro das quatro Juntas do Concelho, é uma freguesia com uma situação diferente porque não tem expansão, tem uma população muito limitada e sofre consequências determinantes por leis. Disse que esta questão não tem a ver com a Câmara, mas sim com a Lei das Finanças Locais que está a ser discutida na Assembleia da República e para a qual cada partido está a dar o seu contributo.

Interveio o **Sr. Cardoso** dizendo que a proposta apresentada pelo Sr. Artur só pode ser uma recomendação, pois a Assembleia Municipal não tem competências para propôr revisões orçamentais. Pensa que isto é um assunto que tem que ser conversado e que pelas complexas questões de legalidade que a recomendação apresenta não devia ser votada e passar para a próxima Assembleia Municipal, num ponto da ordem de trabalhos, para com serenidade ser encontrada uma solução justa. Lembrou ainda ao Sr. Artur que nos últimos oito anos não havia a Lei vinte e três barra noventa e sete e há hoje verbas que a Câmara não pode transferir.

O **Sr. Carlos Cabral** fez alguns comentários chamando à discussão alguns factos apresentados no documento distribuído pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, dando-lhe os parabéns pelos dados fornecidos. Disse que "realmente em relação à actual situação daquela Junta de Freguesia, há questões legais e há questões políticas, pois segundo a análise que fiz da Lei vinte e três barra noventa e sete, esta não proíbe que o Executivo Camarário possa transferir para as Juntas recursos de capital, logo há uma questão política a resolver. No caso de não haver solução no campo do diálogo entre as forças políticas, então a bancada do PS vai ter que apresentar Moções sucessivas até à resolução da questão."

Interveio o **Sr. Artur Pombeiro** que fez referência ao artigo sexto da Lei vinte e três barra noventa e sete (delegação de competências). Adiantou que se trata de uma forma política da parte da Câmara de desrespeitar o voto das pessoas e de estrangular a Junta de Freguesia. A população de Borba, disse, não pode aceitar esta situação, nem os membros desta Assembleia Municipal podem ser coniventes com esta situação. Disse ainda que "logo após as eleições fui ameaçado por um dos vereadores, que este ano não iria haver participações nem subsídios para ninguém, daí a ideia política de estrangular. Isto não é democracia, há que saber aceitar os resultados."

Procedeu então à leitura de um documento que pediu fosse distribuído por todos os membros e que foi enviado às Associações do Concelho de Borba que solicitam subsídios.

O **Sr. Moura Lopes** pensa que o protocolo foi assinado de vontade de ambas as partes e sem pressão, no entanto não é vitalício. O protocolo pode ser rescindido ou até mesmo renegociado, pois é através da conversação que se pode chegar a conclusões.

Lembrou que a freguesia de Rio de Moinhos também assinou um protocolo e não levanta problemas desta natureza.

O **Sr. Presidente da Assembleia** propôs ao Sr. Artur Pombeiro que os documentos apresentados fossem transformados em recomendações para poderem ser postos à votação. Adiantou ainda que aceitava a proposta da bancada da CDU no sentido de este ponto ser incluído na ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal.

O **Sr. Artur Pombeiro** disse aceitar a proposta.

Acrescentou, no entanto, que os membros da Junta foram recebidos pela Câmara no sentido de desbloquear dinheiros para o pagamento das facturas e que com alguma ironia o Sr. Presidente da Câmara disse que escrevesse uma carta para que os fornecedores se esquecessem das dívidas.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs a recomendação à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com nove votos a favor e nove abstenções.

PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Neste período o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos membros do público a seguir indicados:

O **Sr. José Inácio Lopes Figueiredo** disse que a Câmara tem previstos no orçamento cinquenta mil contos para a Festa da Vinha e do Vinho e que concordava, pois o turismo faz falta no nosso concelho, no entanto a Câmara também tem previsto uma verba para o polidesportivo do Barro Branco e até agora nada foi feito.

Quanto à ETAR de Rio de Moinhos, disse estar num estado lamentável e que nada foi feito para melhorar. Falou ainda da zona envolvente da escola primária e posto médico.

O **Sr. Augusto Guégués** disse que, como membro da Assembleia de Freguesia de S. Bartolomeu, reconhece que a situação não se pode arrastar por muito mais tempo. Pensa que terá de haver bom senso para a resolução do problema, pois se a Junta de Freguesia neste momento não tem dinheiro para despesas correntes, questiona-se como pode fazer investimentos.

Apelou para que, de facto, o Executivo da Câmara encontre uma saída para este problema.

O **Sr. Joaquim Branco** disse ter estado presente na reunião referida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, "na qual foram pedidas verbas para pagamento das dívidas e que realmente o Sr. Presidente da Câmara disse não haver possibilidade, que deveria ser enviada uma carta aos interessados a dizer que aguardassem mais um tempo. Como o Sr. Artur Pombeiro lhe disse que isso já tinha sido feito, então o Sr. Presidente da Câmara disse que fizessem outra a dizer que se esquecessem."

Antes de entrar na ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia propôs que, por solicitação do Sr. Presidente da Câmara, fosse incluído na ordem de trabalhos um ponto que ficaria com o número sete da ordem de trabalhos: "Aquisição de terrenos".

O Sr. Presidente da Assembleia pediu desculpa por só nesta altura da reunião ter feito esta proposta, pois a mesma deveria ter sido feita logo após a chamada.

Posta à votação, foi aprovada por unanimidade a inclusão do ponto sete na ordem de trabalhos.

ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DAS ACTAS TRÊS E QUATRO.

Em relação à acta número três, o **Sr. Presidente da Assembleia** disse que a mesa reuniu e que, em termos

de acta, não havia alterações a fazer e, como tal, resolveu não fazer nenhuma alteração.

Posta à discussão, não houve inscrições, como tal, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou se não havia nenhuma proposta de alteração à acta.

Não havendo alterações, o Sr. Presidente da Assembleia pôs a acta número três à votação, tendo sido rejeitada com nove votos contra, oito votos a favor e uma abstenção.

Face ao resultado, o Sr. Presidente da Assembleia, em nome da Mesa, solicitou aos eleitos da CDU que no prazo de trinta dias ouvissem a gravação e apresentassem à Mesa uma proposta de alteração.

Em seguida, o **Sr. Moura Lopes** apresentou a declaração de voto que se anexa ao final desta acta como documento número nove.

Posta à votação a acta número quatro, e não havendo inscrições nem sugestões de alteração, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e uma abstenção.

2- LEITURA DE EXPEDIENTE.

Ofícios da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre os seguintes assuntos:

Ante projecto de Lei de Finanças Locais.

Seminário sobre "Os Municípios e o Desenvolvimento Social Integrado", que teve lugar em Viseu. Juntando boletins daquela Associação.

Assembleia Municipal - Votação Nominal.

Assembleia Municipal - Convocatórias.

Funcionamento da Assembleia Municipal - Quorum - Actas.

Ofícios da Câmara Municipal de Borba sobre os seguintes assuntos:

Convite para o Seminário e Jornadas Técnicas das Raças Suínas Autóctones de Criação Extensiva. Assuntos para deliberação na Assembleia Municipal.

Ofício da Associação Distrital de Évora juntando convocatória e ordem de trabalhos.

Ofício do STAL sobre o tema "Ninguém pode afirmar não ter responsabilidades", em relação aos salários da Administração Local.

Ofício da Assembleia Municipal de Estremoz juntando Moção sobre o serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde de Estremoz.

Ofício do Parlamento Europeu - José Apolinário, abordando o assunto sobre a qualidade da água.

Ofício do Sindicato Independente dos Médicos dando conhecimento do horário e forma de funcionamento do serviço de urgência do Centro de Saúde de Estremoz.

Ofício da Paróquia de Borba, solicitando apoio no sentido de sensibilização junto das pessoas que "Dar sangue é dar vida".

Ofício do Governo Civil de Évora sobre o Seminário "A protecção Civil e os eleitos para as Autarquias".

Ofício da Assembleia de Freguesia de S. Bartolomeu dando conhecimento da declaração de voto apresentada quando da assinatura do protocolo de descentralizações.

O **membro Sr. Cardoso** solicitou que lhe fossem fornecidas cópias integrais dos pareceres da Associação Nacional de Municípios.

3- ACTIVIDADES DA CÂMARA.

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, e em relação à questão da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, este disse que terá de ter saída e que já alguma coisa se tinha adiantado naquela Assembleia, em termos de debate.

Disse ainda que "afirmações ali feitas por dois membros da Junta de Freguesia, que afirmam ter sido dito para que os fornecedores se esquecessem, não é esse o meu procedimento na vida pessoal e não tem sido esse o meu comportamento na Câmara Municipal, não é assim que eu actuo, portanto, continuo a afirmar que é mentira, não posso ter dito isso, no entanto, quero reafirmar que respeito muito esses dois membros da Junta de Freguesia e que naturalmente também posso admitir que tenha sido má interpretação da parte deles e que não o estejam a afirmar convictamente. Lembro-me de ter dito de uma forma ironizante que tinha conhecimento que andavam a emitir cartas para quem lhes solicitava apoios fazendo queixas da Câmara, para fora até do Concelho, colocando mal a nossa Câmara Municipal, colocando mal os Órgãos do nosso Concelho. Mas eu faço votos para que este processo evolua e se encontrem formas de saída, naturalmente as de tutela são possíveis todos os dias e estamos em condições de resolver este problema e eu estou disponível para continuar este debate."

Respondendo ao Município Sr. Figueiredo, disse que as intervenções nas escolas são feitas no período de férias.

Quanto à ETAR, disse que o Vereador Serra tinha uma informação mais detalhada, no entanto, adiantou que a Câmara está a trabalhar no sentido de todas as ETAR's do Concelho ficarem a funcionar num prazo que não pode ser imediato, pois tal como outras obras e iniciativas, como é o caso da festa da vinha e do vinho, estão um pouco condicionadas pelos Fundos Comunitários e pelas verbas disponíveis. Há indicações de que afinal o Proalentejo, que tinha muitos milhões, tem muitos dos programas esgotados e até chegar o II quadro comunitário de apoio, temos muito que esperar para resolver alguns problemas que eram imediatos.

Lembrou ainda que em relação a outros assuntos foi distribuído o documento de relatório de actividades, como tal, se algum membro quizesse fazer perguntas, estava ao dispor para responder.

O **Sr. Rézio** chamou a atenção do Sr. Presidente da Câmara, pois o relatório deveria ser mais elucidativo e focar os assuntos de forma a que se percebessem, pois ao mencionar-se uma reunião com uma determinada entidade e não ser mencionado o assunto tratado, dá a impressão, disse, que é para não se saber o que foi tratado.

O **Sr. Diogo Sapatinha** falou sobre o loteamento da Nave, uma vez que é um dos que está candidatado. Perguntou do que tinha constado a reunião com a Santa Casa da Misericórdia de Borba e qual a participação da Câmara na ligação de média tensão entre o posto de transformação da zona industrial e o posto de transformação da Empresa Restone, pois parece-lhe que a Câmara não tem pessoal habilitado em média tensão.

Quanto à candidatura da Estrada Municipal quinhentos e seis ponto um, logo à partida, disse, não se enquadra no PAMAF e, como tal, pensa que haverá muitas dificuldades em ser aprovada esta candidatura.

A **D. Ivone Espiguinha** perguntou se a reunião com a Santa Casa terá sido acerca do novo infantário, pois segundo informação que tem, o projecto de construção do novo infantário terá sido inviabilizado pela Câmara.

Quanto à estrada mil e quarenta e um disse que no relatório de actividades consta que começaram as obras com construção de muros e valetas, no entanto, disse ter tido acesso a um documento da Câmara onde dá como concluída a obra do referido caminho.

O **Sr. Paixão** reforçou as preocupações do Sr. Figueiredo e mencionou que do esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara não tinha percebido em que situação se encontrava o polidesportivo do Barro Branco e a Etar de Rio de Moinhos.

Quanto à estrada da Nora/Ribeira e cruzamento da Aldeia de Fidalgos e o Saneamento dos Mochões e Ribeira, questionou igualmente a situação em que se encontram.

O **Sr. Artur Pombeiro** falou sobre a reunião entre a Câmara Municipal e os Bombeiros, acerca do terreno que lhes foi doado, bem como sobre o projecto dos balneários.

Disse que a remodelação que está a ser feita nas piscinas, nomeadamente a rampa que está a ser feita, em seu entender não irá satisfazer as necessidades.

O **Sr. Presidente da Câmara** em relação à chamada de atenção sobre a forma como se apresenta o relatório de actividades, disse que realmente poderá passar a ser mais explícito.

Quanto às reuniões com os Bombeiros Voluntários, disse que na realidade eles precisam de saber qual o terreno que lhes vai ser atribuído na zona industrial para ser feito o pavilhão para recolha de viaturas.

Quanto aos balneários, disse tratar-se de um apoio técnico, em termos de projecto, que a Câmara vai dar aos Bombeiros. Adiantou ainda que nessa reunião também foi tratado o assunto dos seguros dos Bombeiros.

Na reunião com a Santa Casa, disse terem sido várias as questões, sendo a de mais relevo o problema do infantário. Disse que o projecto não estava bom e, tal como outros, teve que ser alterado e corrigido, estando já novamente em apreciação na Câmara.

Em relação a outras reuniões, salientou a da entrega da candidatura ao programa Procom, pois tanto os comerciantes como a Câmara têm vantagens em aderir a este programa.

Esclareceu também sobre as candidaturas ao programa Leader das Associações de Desenvolvimento e do consórcio Monte. Estas entidades estão a receber candidaturas e a Câmara também tem feito algumas, especialmente para publicações de diversos acontecimentos como por exemplo debates da Festa da Vinha e do Vinho que têm sido feitos e de maior importância.

Deu em seguida a palavra ao **Vereador Serra**, para dar esclarecimentos aos assuntos ali colocados e que são da sua área de actuação.

Assim, quanto ao loteamento do Barro Branco e Nave, disse que os loteamentos não são iniciados para depois se dizer que não há verbas. A Câmara tem compromissos com as pessoas que compraram os lotes e com certeza vai honrar esses compromissos e os loteamentos vão ser feitos.

Disse que no ponto que se segue a Assembleia Municipal poderá ajudar a Câmara na reivindicação do reforço do quadro comunitário de apoio e na reapreciação dos projectos que agora foram devolvidos.

Acrescentou que vai avançar o loteamento do Barro Branco, assim como a construção do polidesportivo e a zona envolvente da escola primária e posto médico.

Quanto à participação da Câmara na ligação à Eurostone, disse ser uma empresa que se instalou na zona industrial do Alto dos Bacos através de um loteamento de iniciativa particular. As infraestruturas existentes e a criar são da responsabilidade da Câmara, daí a participação da Câmara na ligação de BT à Eurostone.

Em relação à reunião com a Santa Casa, disse ter sido por causa do projecto e que nada tinha a ver com a localização, porque esta já foi discutida em Assembleias Municipais anteriores e já foi definida e até o terreno cedido.

Sobre o caminho mil e quarenta e um, disse não estar concluído. Acrescentou que se encontrava a oitenta por cento daquilo que era a empreitada adjudicada como tudo o que não estiver em condições terá que voltar a ser feito, porque a obra tem garantia, há cações e tudo está salvaguardado.

Relativamente à questão da estrada Mochões/Ribeira, disse que a Câmara fez no ano passado, a rede de esgotos domésticos e pluviais. Vai avançar, depois de concluídas as infraestruturas no loteamento do Pisão, para as ligações aos ramais domiciliários de esgotos na Ribeira e vai aproveitar o evoluir da estrada quinhentos e oito, nomeadamente na fase de pavimentações, para tratar com a Empresa Sopovico a pavimentação deste troço Mochões/Ribeira, uma vez que todo o equipamento vai passar naquela zona. No que respeita à ETAR de Rio de Moinhos, disse ser uma grande preocupação da Câmara Municipal. O que existe em Rio de Moinhos é um elemento de uma ETAR que nunca funcionou. Informou que a Câmara Municipal tem estado a contactar laboratórios credenciados para fazer uma caracterização dos efluentes e em seguida apresentarão propostas em termos de soluções que resolvam o problema de uma vez por todas. Disse ainda ser intenção da Câmara candidatar aquela ETAR através do programa

PEDIZA.

Sobre o projecto dos balneários dos Bombeiros, disse que ainda não foi possível concretizá-lo, no entanto, vai avançar em breve.

Sobre as piscinas Municipais, disse que a obra vai melhorar muito o aspecto de toda aquela zona, bem como a sua utilização em melhores condições.

O **Sr. Diogo Sapatinha** disse que apenas tinha ficado por esclarecer a questão colocada sobre a estrada quinhentos e seis.

O **Sr. Cardoso** perguntou qual a situação dos trabalhos que estão a ser efectuados pela EDP, na zona da Praça. Pensa que aquela zona necessita de uma intervenção de modo a que os carros estacionem, mas os peões possam circular nos passeios com segurança.

Disse ter conhecimento que a Dr^a Filipa participou num seminário sobre Desenvolvimento Social, como tal pediu que a Vereadora esclarecesse sobre este assunto.

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que se estavam a tratar as actividades da Câmara e que talvez o assunto do Seminário estivesse relacionado com o ponto a levar à próxima Assembleia Municipal, sobre Segurança Social, pelo que deveria ser considerado nessa altura.

O **Sr. Paixão** perguntou em que situação se encontrava a reconversão da energia eléctrica do campo de futebol de Rio de Moinhos.

O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra à **Vereadora D. Filipa** que disse, em relação ao campo de futebol de Rio de Moinhos, que a Câmara tem tido reuniões regulares com o Grupo Desportivo de Rio de Moinhos, adiantando que está em preparação um contrato de desenvolvimento desportivo. Disse ainda que todos os problemas pequenos e grandes estão a ser analisados.

Deu conhecimento dos espectáculos realizados e a realizar na Igreja das Servas, bem como dos que vão ser levados a efeito no mercado municipal, para animação de Verão. Disse tratar-se da valorização do património Arquitectónico e Cultural que temos.

Em relação ao seminário, disse ser de grande importância pelo tema que foi discutido (Desenvolvimento Social).

O **Vereador Serra** explicou, em relação à estrada quinhentos e seis (Estrada do Pombal) que a candidatura ao ser analisada pode não ser ilegível, no entanto, a parte de pavimentação em betuminoso já o é.

O **Sr. Presidente da Câmara** prestou ainda alguns esclarecimentos sobre o PROZOM que vem condicionar muito a nossa zona e vem criar directrizes de intervenção que têm que ver com todas as áreas, chamando a atenção para os editais que hão-de sair e para as propostas que vão ser postas à discussão ainda este ano.

A **Vereadora D. Filipa** convidou todos os membros da Assembleia Municipal a estarem presentes no dia vinte e sete de Junho em Évora, na Feira de S. João para uma amostra e prova gastronómica do nosso concelho, com a participação da Banda do Centro Cultural de Borba.

4.-BORBA E OS FUNDOS COMUNITÁRIOS:

Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que disse ter solicitado que fosse incluído este ponto na ordem de trabalhos porque em finais de Abril o Executivo Camarário foi surpreendido com a devolução de um conjunto de projectos que totalizam quinhentos e trinta mil contos, aprovados já pela Comissão de Avaliação destes projectos.

Disse saber que estava em curso um reforço de verbas dos programas operacionais, sabia que iria haver rateios naquilo que estava candidatado e que estava em condições de ser executado, não contava, com a devolução dada a situação que vinha sendo criada de divulgação e de reuniões já bastante alargadas relacionadas com este processo dos financiamentos e nomeadamente com a expectativa que foi criada

através do Proalentejo. Acrescentou que todas as Autarquias foram surpreendidas com esta medida. Adiantou que naturalmente seria um assunto que teria que ser ponderado e a Câmara teria que rever o seu Plano de Actividades, pois vão ter que ser feitas opções. A primeira opção a ser tomada é reivindicar o reforço dos programas que podem contemplar alguns dos projectos em causa. Disse que o processo do reforço de verbas enferma logo no II quadro comunitário de apoio, pois as Autarquias reivindicavam cento e vinte milhões e tiveram apenas quarenta e oito milhões. Foi atribuído para o Alentejo oito por cento do total nacional, disse.

No caso de Borba, os loteamentos não podem parar e a Câmara vai ter que recorrer ao endividamento e manter estes processos em condições de serem comparticipados no segundo ou no terceiro quadro comunitário.

Adiantou que, por enquanto, a Câmara não está com grandes problemas, apenas com a Empresa Pavia a Câmara está em dívida com a obra de pavimentação de Rio de Moinhos, Orada e Estrada da Nora. Estas eram obras que estavam candidatas e em condições de serem aprovadas.

Quanto aos loteamentos, disse estarem contemplados o Chalé e o Pisão e que ficaram a descoberto o da Nora, Barro Branco e Orada.

Pensa que esta questão merece de todos uma reflexão e uma reivindicação, pois há condições para acertos finais e é preciso estarmos, disse, bem posicionados para que não se deixe abalar nenhum dinheiro daquele que se possa trazer para o Concelho. Disse que este Governo não está a responder às expectativas que foram criadas pela equipa Governamental de há dois anos que reivindicava tal qual como nós. Aquilo que hoje não está a fazer, acrescentou que tem que haver debate político, mas é preciso que as diligências que se tenham que fazer do ponto de vista do executivo não fiquem prejudicadas pelo debate que eventualmente se tenha que fazer.

A **Vereadora D. Filipa** deu o exemplo do gimnodesportivo de Borba, em que a Câmara tem que pagar os trinta mil contos logo de início, uma vez que recebeu um ofício da Direcção Regional de Educação a solicitar o adiantamento até aquele valor, pois os fundos comunitários não têm dinheiro para a obra.

O **membro Sr. Moura Lopes** apresentou de seguida a "Proposta sobre Grupos de trabalho", que fica anexa ao final desta acta como doc. número dez.

O **Sr. Diogo Sapatinha** pensa que o problema foi realmente o ano eleitoral, em que a Câmara avançou com obras sem saber se ia ou não receber o dinheiro, e agora está aflita com a desilusão de não haver dinheiro para obras já concluídas, tendo que as recandidatar.

O **Sr. Cardoso** disse que no ano passado a Assembleia tinha feito um, a série de considerações sobre o Proalentejo e tinha concluído que aí se verificava uma série de insuficiências.

Lembrou que, por ocasião da campanha eleitoral, sempre se ouviu os membros do actual Governo dizer que o Alentejo ia ser objecto de reforço das verbas e que não ficaria nenhuma candidatura por apoiar. Disse ter sido criada uma expectativa natural, e até mesmo, de algum triunfalismo, o que não se veio a verificar.

Concluiu que não só não foi reforçado o PORA, como se criou o Proalentejo, que ainda retira aos fundos não reforçados quatrocentos mil contos para o seu funcionamento burocrático, o que significa que o actual partido do Governo não cumpriu aquilo que reivindicava e ainda criou uma estrutura que retirou do investimento necessário um custo considerável com a burocracia.

Concluiu dizendo que o Poder Político não pode agora abandonar as Autarquias na base de insuficiências próprias e de contradições próprias.

O **Sr. Rézio** disse que a bancada do PSD, quando das discussões do orçamento e plano de actividades, foi bastante crítica e algumas vezes talvez acusada por ser demasiado crítica, no entanto, a CDU talvez agora pense que tinham cabimento essas críticas, essencialmente na protecção da gestão do Executivo, alertando para que não se caísse em buracos desta dimensão e que iriam criar certamente problemas graves de tesouraria. Sugeriu então que o Sr. Presidente da Câmara apresentasse na próxima Assembleia a situação da Câmara de Borba relativamente ao total da dívida à banca, a médio e longo prazo, e quais as receitas previstas; e que apresentasse uma proposta de correcção ao plano de actividades e orçamento, pois não

gostaria que mais tarde o Sr. Presidente da Câmara viesse demonstrar à população, através do boletim Municipal, pago por todos os contribuintes, que a falha do ambicioso Plano de Actividades "não é da exclusiva responsabilidade de um Governo ou dos Fundos Comunitários, pois a culpa tem que ser sempre atribuída a quem dirige e quem dirige localmente é o Executivo da Câmara", e que o fizesse com a humildade de homem honesto e inteligente, qualidades que lhe reconhece.

O **Sr. Norberto Alpalhão** disse subscrever integralmente as palavras do Sr. Rézio. Disse que a incoerência estava ali presente, pois recrimina-se a Junta de Freguesia, e depois a Câmara vem pedir à Assembleia Municipal rigorosamente a mesma coisa que a Junta pede à Câmara.

O **Sr. Carlos Cabral** comentou sobre o programa PORA e a forma como o processo se desenvolve. Disse "esperamos que o País, nas suas estruturas, consiga organizar-se melhor para que o terceiro quadro comunitário de apoio seja seguido de outra forma, de modo a que as candidaturas aprovadas correspondam a candidaturas executadas e a despesas efectuadas de forma a não se chegar a esta situação". Disse ser uma situação séria e complicada para a Câmara Municipal, no entanto, não tinha percebido, referindo-se à Moção, qual o objectivo e o que se pretendia com a formação do grupo de trabalho.

O **Sr. Moura Lopes** lembrou que este quadro comunitário de apoio foi elaborado pelo PSD com a oposição da CDU e do PS. Lembrou que o PS quando foi para o Governo retomou esse quadro comunitário de apoio e nada lhe tinha acrescentado.

Em seguida, apresentou a Moção "Os Fundos Comunitários", que fica anexa ao final desta acta como documento número onze.

O **Sr. Carlos Cabral** disse que começava a estar confuso pois não lhe tinham sido explicados os objectivos do Grupo de Trabalho e surgia agora mais uma Moção.

O **Sr. Cardoso** perguntou se no caso das Comissões de Gestão funcionarem mal, são ou não responsáveis por esse mau funcionamento.

Quanto aos Autarcas de todos os partidos, reivindicaram que oito por cento era insuficiente para o Alentejo, uma vez que é uma região a necessitar de medidas de coesão social e combate às assimetrias. Disse que o Sr. Rézio criticou a Câmara, no entanto, não se tinha pronunciado nem tinha feito considerações sobre a justeza de reforçar o quadro comunitário de apoio.

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, em relação a obras de final de mandato, nada tinha sido feito que não estivesse no programa e no plano de actividades e que não fossem obras reivindicadas e esperadas pelas populações há muitos anos.

Não houve obras de fachada em Borba para resolver problemas eleitorais, disse, até porque não existiam. Disse que a Câmara não está à deriva e que tem tempo e soluções para tudo aquilo em que se mete, no entanto, há riscos que se têm que correr.

Pensa que ainda se está a tempo de discutir o problema dos fundos comunitários para alguns projectos e que não se pode deixar de reivindicar perante quem tem responsabilidades neste País, pois trata-se de uma decisão política.

A **Vereadora D. Filipa** pensa que tem que ser utilizado o bom senso e sair um pouco das posições "apaixonadas" que por vezes existem.

Disse que o Executivo ao propor este assunto para a Assembleia Municipal, vinha com a esperança que se tratassem dos interesses do Concelho e que houvesse consenso à volta destas reivindicações para bem das populações.

O **Vereador Serra** pensa que esta é uma questão consensual, o não reforço do quadro comunitário de apoio trará dificuldades à Câmara de Borba que se não reflectir sempre na população e na falta de investimento no Concelho e na menor qualidade de vida. Não se devem baixar os braços, disse, deve-se reivindicar. Se o Governo está disponível para os setenta e oito milhões de contos, já não é mau, mas não se deve ficar por aí e deve-se procurar que neste reforço sejam combatidos alguns critérios que foram

utilizados aquando da definição das percentagens de verbas do quadro comunitário de apoio.

O **Vereador Mário** disse que já se sabia que "falar dos Fundos Comunitários era um terreno propício à demagogia pois é uma questão importante de mais para todos ficarem agarrados à ideia de se tratar esta questão com algum bom senso e honestidade". Acrescentou que, quanto a ele, o teor da Moção nada tem a ver com o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara. Reafirmou a sua posição na Câmara e informou ter solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse o ponto da situação da relação de Borba com os Fundos Comunitários. Informou ter-lhe sido entregue, no dia anterior, o referido documento, onde o Sr. Presidente da Câmara reconheceu que o concelho de Borba foi melhor tratado que outros concelhos nas mesmas condições, como tal, concluiu que Borba não tem razão de quixa do PORA. Referiu ainda que a unidade de gestão destas medidas era constituída por um elemento do PSD e dois autarcas do PCP, como tal, a responsabilidade directa é do PCP. Acrescentou haver verbas que não foram ainda recebidas, como é o caso das relativassduas zonas industriais e à Urbanização do Chalé e do Pisão, porque a Câmara não fez ainda as obras.

Assim, disse estar de acordo com o PCP. Com uma gestão planificada, a Câmara não está em perigo, havendo cuidado e rigor. É preciso é não cair em populismos fáceis.

Pensa que houve uma programação intencionalmente deturpada e que agora dá origem a estas reivindicações todas. Frizou que o Proalentejo não é um programa de financiamento, mas sim de investimento. Foi feito para preparar o próximo quadro comunitário. As discussões estão abertas a toda a gente, o que é um passo qualitativo, disse.

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que "Borba foi bem tratada comparativamente com outros Municípios e foi neste contexto que surgiu tal afirmação, porque agora Borba foi mal tratada. Vieram os projectos devolvidos e foi de entre as Câmaras a que teve mais projectos devolvidos. Pela postura e relações que tínhamos com as Instituições, não merecíamos e fomos surpreendidos porque não estávamos habituados a este tratamento".

O **Sr. Carlos Cabral** deu mais alguns esclarecimentos acerca do desenrolar destas situações dos Fundos Comunitários, concluindo que há situações que certamente ainda vão ser resolvidas.

O **Sr. Moura Lopes** disse que "o Grupo de Trabalho tem o objectivo de, se necessário, acompanhar o Executivo a algumas entidades oficiais no sentido de fazer pressão para que mais algumas verbas venham para o Concelho, pois cada um pode dar o seu contributo na defesa das populações do Concelho".

O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais inscrições, pôs à votação o primeiro documento apresentado, sobre a criação do grupo de trabalho, o qual foi rejeitado com nove votos contra, nove votos a favor. Depois de utilizado o voto de qualidade pelo Sr. Presidente da Assembleia, com a justificação de que a formação deste gruponão se justifica porque tem confiança plena no Executivo e nas suas negociações executivo e tendo em vista que a criação de Grupos de Trabalho acarretaria mais despesas para a Autarquia, ficou decidido que este grupo não se criaria.

O **Sr. Carlos Cabral** apresentou em seguida a declaração de voto que fica anexa ao final desta acta como documento número doze.

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs à votação a Moção apresentada pelo Sr. Moura Lopes, que foi aprovada por maioria com sete votos contra, duas abstenções e nove votos a favor.

O **Sr. Presidente da Assembleia**, dado estar esgotado o tempo util de trabalho, pediu à Assembleia que os trabalhos prosseguissem.

Dada a palavra ao **Sr. Cardoso**, este disse: "Os elementos da CDU entendem que a Assembleia não deve continuar".

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse: "por solicitação do Sr. Presidente da Câmara e por se tratar de um assunto urgente, foi pedida a inclusão do ponto sete na ordem de trabalhos, e agora com esta decisão da

bancada CDU, fico perplexo".

O Sr. **Cardoso** pediu então um intervalo para poderem decidir.

Após o intervalo, o Sr. Cardoso disse que os elementos da bancada CDU concordavam com a continuidade da sessão.

5- ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA COM VISTA À INTEGRAÇÃO NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE ÉVORA.

O Sr. **Presidente da Assembleia** disse que, de acordo com a sugestão da bancada CDU, tinha sido feito um pedido de esclarecimento ao Gabinete Jurídico da ANMP, sobre votação nominal, tendo em seguida procedido à leitura da resposta daquela Associação.

O Sr. **Cardoso** depois de ter perguntado a data de entrada daquele ofício, disse concluir que deveria ter sido enviada cópia do mesmo a todos os membros, lamentando que não tenha sido esse o procedimento, pois levanta-lhe algumas dúvidas. Disse que iriam respeitar aquele parecer no entanto iam pedir outros e iriam agir em conformidade se efectivamente não houvesse unanimidade de pareceres.

O Sr. **Presidente da Assembleia** disse que não ficou decidido que a resposta era para ser enviada à bancada da CDU. Pensa que passados seis meses, era altura de começar a haver consenso na Assembleia e na resolução dos problemas do nosso concelho. Adiantou ainda que a resposta da ANMP veio de encontro àquilo que ele pensava, de qualquer forma, para que não fosse acusado de ditador, fez a referida consulta. Disse que estas eleições não estavam resolvidas porque todos os membros não quiseram.

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia lembrou as duas propostas que estavam na mesa na última Assembleia: O Sr. Celestino Zorro, pela CDU e o Sr. Artur Pombeiro pelo PS.

Depois de algumas dúvidas levantadas pela bancada CDU e após várias intervenções dos membros das três forças políticas, questionou-se se se deveria iniciar novamente a votação por escrutínio secreto, votação esta que já tinha sido feita em duas reuniões da Assembleia Municipal, sempre com verificação de empate. Concluiu-se que se poderia ultrapassar esta situação e passar de imediato à votação nominal, dispensando a votação secreta.

Após a votação nominal, e verificando-se empate a nove votos, foi eleito o Sr. Artur Pombeiro para integrar a Assembleia Distrital de Évora, depois de utilizado o voto de qualidade pelo Sr. Presidente da Assembleia.

6- ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DA FAUNA MUNICIPAL DE BORBA (já constituído, conforme portaria nº 925/97, D.R. de 14/11/97, II série).

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou aos membros se podia ser seguida a mesma metodologia do ponto anterior, relativamente a este ponto, tendo todos concordado.

Lembrou que as propostas que estavam na mesa eram o Sr. Paixão pela bancada do PS e o Sr. Vicente Ermitão pela bancada da CDU.

Assim, após a votação nominal, foi eleito o Sr. António Paixão com oito votos a favor, sete votos para o Sr. ermitão e uma abstenção, para integrar o Conselho Cinegético e da Fauna Municipal de Borba.

O Sr. **Joaquim Manguinhas** disse ter-se abtido por uma questão de consciência, pois não votava nada relacionado a questões cinegéticas uma vez que é anti-caça.

7- AQUISIÇÃO DE TERRENOS.

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse ter recebido da Câmara Municipal o extracto da acta da reunião de Câmara número nove de noventa e oito, documento número treze, anexo ao final desta acta, sobre aquisição de terrenos.

O **Sr. Rézio** perguntou a que se destinava aquela aquisição e se tem cabimento orçamental.

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que estes prédios estão no seguimento do loteamento habitacional da Cerca e faz sentido a sua aquisição porque ficam dentro do perímetro urbano. Disse ainda que o mesmo tem cabimento orçamental.

Não havendo mais questões, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs este ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Por não haver mais nenhuma inscrição, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da minuta da acta desta sessão, que aqui se dá como reproduzida.

Posta à votação a referida minuta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão, da qual foi lavrada acta que vai ser enviada aos membros desta Assembleia para ser aprovada.